

Década das Mulheres na ONU e as perspectivas feministas do Sul Global

Cíntia Martins Gimenes *

Faculdade de Campinas - FACAMP

*Autor correspondente. Email: cmartinsgimenes@gmail.com

Resumo

Entre 1976 e 1985, as Nações Unidas (ONU) declararam a Década das Mulheres, o período no qual haveria uma elaboração incisiva de uma agenda voltada para a melhora nas condições de vida das mulheres. O propósito dessa pesquisa é analisar como as pautas das mulheres do Sul Global, imperialismo, racismo, desigualdade entre Norte e Sul Global, influenciaram essa agenda, investigando, para isso, as três principais conferências da década - Cidade do México (1975), Copenhague (1980), Nairobi (1985); e estudando como as demandas dos principais movimentos das mulheres se relacionavam com o contexto socioeconômico global. Concluiu-se que, apesar dos objetivos da Década não terem sido plenamente contemplados, outros avanços foram feitos, e as autoras do Sul Global, críticas às discussões das conferências, defendem que os movimentos feministas do Sul ganharam força graças à maior visibilidade que a ONU proporcionou.

Palavras-chaves: Nações Unidas, Década das Mulheres, Movimento das Mulheres, Sul Global

1. Introdução

Entre os anos 1976 e 1985, foi estabelecido nas Nações Unidas (ONU) o período que ficou conhecido como “Década das Mulheres”, quando a ONU buscava tomar uma iniciativa para melhorar a condições de vida das mulheres pelo globo. Devido a isso, haveria uma elaboração mais incisiva de uma agenda de mulheres nessa organização nesse período. Nesse sentido, ocorreram uma série de conferências e outros eventos na ONU que iriam entrar diretamente na discussão sobre direitos, participação e pautas levantadas por grupos de mulheres. São alguns desses mais importantes marcos, as conferências da Cidade do México (1975), de Copenhague (1980) e de Nairobi (1985), as quais serão estudadas ao longo deste artigo.

O objetivo desta pesquisa foi compreender como foi construída a agenda das mulheres nas Nações Unidas no período da Década da Mulher, entre 1976 e 1985,

investigando qual foi a contribuição dos movimentos feministas do Sul Global. Nota-se que a participação dessas mulheres, como parte da sociedade civil, em fóruns internacionais, principalmente nas conferências da década, foi essencial por trazer a perspectiva das próprias mulheres do que era essencial para melhorar suas vidas, não deixando isso apenas nas mãos dos governos.

Desse modo, foi pesquisado quais eram as principais autoras e ativistas feministas do Sul Global das décadas entre 1970 e 1980, quais eram as questões que elas buscavam defender, de que maneira elas pretendiam que essas pautas entrassem no cenário das organizações internacionais. Sendo assim, investigar detalhadamente esses assuntos foi um dos principais objetivos da pesquisa, para responder a pergunta principal: como as feministas do Sul Global influenciaram a formulação da agenda das mulheres na ONU?

Para atingir esse objetivo, essa pesquisa foi dividida em duas partes. Primeiramente, foi analisado qual o contexto socioeconômico e histórico da época e os principais movimentos feministas, de modo que foi possível estabelecer a relação entre esse momento histórico e as mais importantes pautas desses movimentos. Após isso, foi investigado particularmente cada uma das três conferências, de modo a compreender quais foram os debates que ocorreram, quem eram as participantes e quais foram os resultados dessas conferências. Para isso, foram utilizados os relatos de diversas ativistas que estavam presentes nas conferências, os quais foram encontrados em coletâneas sobre as conferências, além dos documentos oficiais da ONU. Desse modo, o método utilizado foi o de análise de dados e revisão de literatura relevante sobre o tema, e a partir da coleta dos relatos, foi feita a comparação dos relatos. A partir disso, foi possível estabelecer um panorama de qual foi o caminho que levou a elaboração da agenda sobre mulheres na ONU e até que ponto essa agenda contemplou as pautas das mulheres do Sul Global.

Nota-se que, ao final da pesquisa concluiu-se que a maior contribuição da década foi a união e o fortalecimento de diferentes movimentos de mulheres ao redor do mundo, além das pautas que foram incorporadas na elaboração da agenda pela ONU. Questões que inicialmente foram consideradas “políticas demais”, como imperialismo, desigualdade entre nações, racismo, entraram por fim nas agendas – mesmo que nem sempre da maneira como grupos do Sul Global inicialmente almejavam. A princípio, isso não era uma pauta a ser investigada, porém ao investigar a contribuição do Sul Global no contexto da ONU, percebeu-se como esses movimentos saíram mais fortes.

2. Os múltiplos movimentos feministas em contexto

Entender o embasamento social, político e econômico do período entre 1976-1985 é essencial para que seja possível compreender em que contexto o debate da Década das Mulheres ocorreu. Por isso, uma seção será dedicada a trazer à tona um panorama geral do movimento das mulheres à nível global na época, e outra a analisar o contexto político e socioeconômico no qual a Década foi inserida.

2.1 *Movimentos feministas nas décadas de 1970–1980: mainstream liberal versus novos movimentos*

Para compreender a inserção da agenda das mulheres nas Nações Unidas nos anos 1970 é preciso, primeiramente, conhecer o movimento feminista nesse período. Desde 1960, os movimentos das mulheres ganhavam força mundialmente. Os movimentos das mulheres fizeram cada vez mais pressão para que a ONU não só considerasse pautas relacionadas a elas, como também colocasse mulheres em posições de destaque dentro da organização. Sendo assim, em 1972, seria apontada a primeira mulher Secretária Geral Assistente, Helvi Sipilä, um cargo do alto escalão da ONU. Seu apoio foi fundamental para o estabelecimento de 1975 como Ano das Mulheres na ONU e para ampliar a atenção aos programas voltados a mulheres na organização (Pietilä 2007, 38).

Stienstra (1994, 95–96) argumenta que havia grupos de mulheres já estabelecidos na década dos anos 1970 como consultoras na ONU, principalmente no Conselho Econômico Social das Nações Unidas (ECOSOC), que participaram em debates pontuais e que iriam influenciar o estabelecimento da Década da Mulher e a maior participação de mulheres numa esfera não governamental da ONU. Ou seja, elas participavam em fóruns da ONU voltados à sociedade civil, promovendo a importância da terceira ONU¹. Seus principais focos estavam em promover a igualdade de gênero e a colaboração entre mulheres. Seriam justamente esses grupos, os principais responsáveis por pressionar a ONU a incluir mais incisivamente a questão de mulheres em sua agenda. Contudo, a autora argumenta que à frente desses movimentos estavam majoritariamente mulheres brancas de locais desenvolvidos, e com o desenrolar da década, suas pautas se mostrariam insuficientes para as necessidades de outros grupos de mulheres (Stienstra 1994, 100–101).

A maioria desses grupos chamados mainstream era composta por participantes que seguiam a vertente do feminismo liberal, a qual enxergava a raiz do problema das mulheres num nível formal e jurídico, ou seja, pautavam sua luta na igualdade perante a lei, pelas mesmas oportunidades políticas e econômicas. Essas feministas sustentavam que a opressão contra as mulheres surge dos papéis de gênero nocivos, os quais são reforçados através da desigualdade jurídica, colocando as mulheres em papéis submissos em relação aos homens (Tong 2009, 34). Logo, o que elas defendem é que se combata a ideia de que as mulheres são mais incapazes que os homens para certas atividades, ou ainda, como a participação política, por exemplo, é a chave para isso, trata-se de promover a igualdade e os direitos formais das mulheres.

No contexto dos anos 1970, a luta das feministas liberais em muito se traduziu na luta pela inserção das mulheres no mercado de trabalho. Elas não propuseram, a priori, uma mudança da ordem vigente. Lutavam para que as condições sistêmicas entre homens e mulheres fossem iguais (Tong 2009, 1–2).

1. Nas Relações Internacionais (RI), considera-se que há três ONUs. A primeira ONU seria composta pelos Estados Membros. A segunda pelo secretariado, ou seja, os funcionários internacionais que trabalham em agências e escritórios da ONU. Por fim, a terceira é formada pela sociedade civil, na qual inclui-se ativistas, ONGs, entre outros atores. Esta não é uma divisão oficial da ONU, apenas uma categorização cunhada por estudiosos das RI para classificar os atores dentro da organização. Desse modo, é uma classificação que auxilia na compreensão de como se dá o funcionamento dos processos internos da ONU, assim como de potenciais conflitos de interesse entre eles (Weiss, Carayannis e Jolly 2009, 125–127).

Para Federici 2019, uma das autoras feministas marxistas, parte da problemática estava em haver correntes liberais dentro do próprio movimento feminista. A autora aponta que, no período da Década da Mulher, ganha força um movimento que coloca no cerne do empoderamento das mulheres o direito de igualdade aos homens e de adentrar o mercado de trabalho, porém sem apresentar crítica e necessidade de reforma do sistema econômico em que estariam se inserindo. Logo, esse movimento estaria apenas corroborando com a manutenção da ordem econômica e social existentes (Federici 2019, 239–240). O argumento da autora se baseia em sua percepção de que, até os anos 1960, o movimento feminista crescia e se tornava revolucionário e anti-sistêmico. A partir do momento em que esse movimento foi institucionalizado, se inserindo em grandes organizações como a ONU, Federici 2019 acredita que o movimento das mulheres foi deliberadamente barrado de seu potencial revolucionário, e manipulado para que seus esforços se voltassem apenas para o caráter institucional, de maneira a ser integrado ao sistema.

Além disso, no contexto do feminismo negro e interseccional, as críticas ao feminismo liberal se concentram em como esse deixa questões de interseccionalidade de lado, servindo a apenas um grupo muito limitado de mulheres (Hooks 2015, 203). É no mínimo contraditório que, enquanto mulheres de classe média alta dos Estados Unidos e da Europa Ocidental se considerassem oprimidas por serem donas de casa, e lutassem pelo direito a trabalhar, mulheres de classes baixas estivessem sendo exploradas em trabalhos insalubres nas fábricas do Sul Global. Nesse sentido, Hooks (2015) apontou que, para as mulheres de classe baixa, ser uma dona de casa rica parecia uma libertação muito mais do que um fardo.

Essa crítica à perspectiva classista e não interseccional, aparece nos escritos de Bell Hooks, um dos maiores nomes do feminismo negro, que iria articular raça, classe e gênero em seus trabalhos. Uma das críticas que a autora apresenta, e que seria recorrente entre outras mulheres pertencentes a minorias sociais ou do Sul Global, é como as feministas brancas, com frequência, tomavam uma posição paternalista em relação às outras mulheres, como se estas últimas não fossem capazes de entender a própria opressão e lutar por sua libertação. A autora, quando falando sobre as feministas brancas, dizia que elas:

[...] não entendem, não conseguem sequer imaginar, que as negras, assim como outros grupos de mulheres que vivem diariamente em situações de opressão, muitas vezes adquirem uma consciência sobre a política patriarcal a partir de sua experiência de vida, da mesma forma com que desenvolvem estratégias de resistência [...] (Hooks 2015, 203).

É nesse contexto que, buscando movimentos mais abrangentes, que atendessem às preocupações de um número maior de mulheres, nos anos 1970 e 1980, o feminismo negro e interseccional avançaram. Esse último busca quebrar a perspectiva de uma “mulher universal”, e considera as diversas formas de opressão que podem atingir as mulheres. Em primeiro lugar, essa vertente destaca como as mulheres não são todas iguais, há diversos fatores que tornam suas condições diferentes e, para avançar as ações em defesa das mulheres, essas diferenças devem ser reconhecidas. Desse modo, as feministas interseccionais levam em conta como raça, classe, religião, educação, entre outros fatores, diferenciam as mulheres umas das outras, e são causas de opressão. Portanto, essa vertente, ao ir de encontro à ideia de que há uma igualdade intrínseca

entre todas as mulheres, rejeita a crença de que apenas um grupo seletivo de mulheres, em especial as brancas de classe alta dos países do Norte, poderiam representar a todas (Tong 2009, 8).

Nota-se que o feminismo negro considera central a questão racial, salientando que mulheres brancas podem ser responsáveis por oprimir mulheres negras. Nesse aspecto, Lorde (2019) aponta que o movimento das mulheres só pode realmente ser libertador quando passa a considerar as diferenças fundamentais entre as mulheres, e consequentemente, as múltiplas fontes de opressão. Segundo Lorde (2019), o movimento das mulheres precisa, portanto, estar unido ao combate ao racismo e à homofobia. Afinal, as mulheres não pertencem a uma categoria única e, uma vez que podem ser reprimidas também pela sua raça e orientação sexual, sua libertação precisa partir da mobilização de todas essas identidades.

Nesse sentido ainda, Hooks (2015, 201) iria se referir ao feminismo mainstream dos Estados Unidos como parte da ideologia burguesa, o que implica que ele pouco apelaria para as mulheres de classe baixa. Isso não implicava dizer que os movimentos de mulheres estabelecidos desde os anos 1960 não possuíam valor. Primeiramente, mesmo autoras críticas a esse feminismo liberal, como Bell Hooks, consideram que ele servia a um grupo específico de mulheres. Mais do que isso, esses grupos que chamariam mais atenção a existência do movimento feminista, em especial nos anos 1960-1970.

Não se pode ignorar que o fato desse movimento ser seletivo iria levar a embates ideológicos em grandes conferências mundiais voltada a mulheres. Segundo Ghodsee (2010), a rivalidade entre EUA e União Soviética (URSS) durante a Guerra Fria, poderia ter transparecido ao longo das Conferências das Mulheres justamente a partir da chave da opressão econômica. Pois, enquanto o feminismo liberal, representado pelas estadunidenses e mulheres da Europa Ocidental, propaga a ideia de que a solução para os problemas das mulheres é a igualdade de gênero, as mulheres soviéticas traziam a perspectiva de que a raiz de seus problemas era econômica e viria da conjuntura político-social.

Diante disso, as soviéticas apontavam que as mulheres eram capazes de promover paz e cooperação internacional, e defendiam que o combate ao imperialismo era muito mais central do que a promoção de equidade de gênero, para melhorar a vida das mulheres. Nesse âmbito, a crítica ao imperialismo é a crítica à dominação capitalista do Sul Global. Esta visão muito mais se aproximava da vivência das mulheres do Sul Global presentes nas conferências, que enxergavam na desigualdade e exploração econômica uma significativa causa da opressão (Ghodsee 2010, 4). Ademais, para alguns grupos de mulheres do Sul Global, adeptas ao movimento decolonial, o imperialismo compactua para a perpetuação da colonialidade, já que promove a exploração e opressão dessas pessoas, ao submetê-las aos padrões do Norte, dizimando seus modelos tradicionais de vida e as colocando, consequentemente, em condições miseráveis.

Além disso, a perspectiva interseccional, pensando nas condições que uma parte considerável das mulheres em nações não desenvolvidas enfrenta, afirma que separar o sexismo de outras questões, como os fatores econômicos e o imperialismo, é contra-productivo e desvia a atenção dos desafios que as mulheres enfrentam. Até porque, à época, era crucial a questão de que muitos países ainda estavam num movimento de

libertação do domínio estrangeiro, além de estarem num estágio de desenvolvimento econômico muito diferente dos países do Ocidente (El Saadawi 1999, 55). Desse modo, como apontado por Jhonson-Odim (1991, 320), não faria sentido apenas discutir que mulheres e homens deveriam ter as mesmas oportunidades quando no Sul Global as oportunidades em si ainda precisavam ser criadas.

2.2 Contexto socioeconômico e histórico

Para compreender como a discussão sobre os direitos e o papel das mulheres é incorporada pela ONU, é necessário levar em conta o contexto histórico em que esse tópico foi inserido. Nota-se que no período entre as décadas de 1970 e 1980, o mundo encarava a Guerra Fria e estava polarizado entre capitalismo e comunismo. Para Ghodsee (2010), esse cenário global desempenhou um papel tanto na inserção do debate sobre mulheres na ONU, como na maneira como esse tópico foi abordado. No período da década de 1970, avançava a discussão da necessidade de uma agenda global sobre a situação e posição das mulheres. Essa autora defende que os EUA, temendo a ascensão de seus inimigos como protagonistas desse debate, passaram a se envolver com as organizações internacionais, buscando nortear essa discussão de modo que ela não ferisse seus princípios liberais, pautados, primeiramente, pelo livre comércio e a integração comercial (Ghodsee 2010, 3–6).

Isso se aproxima da tese defendida por Federici (2019) sobre como pautas feministas entraram no escopo da ONU. Federici (2019) acredita que, como não era possível ignorar o crescente movimento das mulheres, as grandes instituições globais (como a ONU ou o Banco Mundial) se aproveitaram do movimento para fortalecer a agenda neoliberal. Essa agenda, segundo a interpretação de feministas marxistas, seria pautada em promover o crescimento econômico mundial, com o fortalecimento de locais ricos, e manter a Ordem Mundial prevalecente.

Deve também ser considerado que o período entre as décadas de 1970 e 1980 foi marcado por diversas mudanças econômicas, quando surgiu uma Nova Divisão Social do Trabalho. O impacto é especialmente sentido no Sul Global, quando diversas indústrias de commodities passaram a transferir suas produções para locais menos desenvolvidos e em desenvolvimento, onde havia mão de obra mais abundante e barata. Foi um momento que marcou a maior industrialização do Sul Global, e o processo de globalização como um todo (Federici 2019, 140–141). Naturalmente, isso iria afetar a vivência das mulheres, pretas e de classes populares, que ainda eram muito prejudicadas no mercado de trabalho, uma vez que seriam submetidas a novas formas de exploração empregatícia e baixos salários (Mohanty et al. 1991, 28).

Para Federici (2019, 143), que compara as condições das mulheres nas fábricas em alguns locais menos desenvolvidos com um sistema de escravidão, isso até mesmo corroboraria para a “feminização da pobreza”. De acordo com Federici, o processo de globalização teria levado a um aumento no empobrecimento das mulheres, por isso a utilização desse termo (Federici 2019, 137).

Nesse cenário da Nova Ordem, durante os anos 1970, questões de desenvolvimento se tornaram cada vez mais proeminentes, principalmente na Agenda da ONU. O período entre os anos 1970 e 1980 seria declarado pela ONU, a Segunda Década para o Desenvolvimento Internacional e, através do documento intitulado as “Estratégias

para Desenvolvimento Internacional”, o qual foi gerado para guiar os objetivos desse decênio, diversas metas seriam estabelecidas e seria definido um novo entendimento sobre o que seria desenvolvimento. Nota-se que diversas seriam as questões consideradas parte da agenda do desenvolvimento, desde desarmamento, combate à discriminação, igualdade política.

De acordo com esse documento citado acima, o objetivo principal do desenvolvimento deveria ser o bem-estar de todos os indivíduos, para que estes pudessem ter a melhor vida possível – o que é uma mudança entre o entendimento tradicional de desenvolvimento, que é pautado no crescimento econômico. Para tanto, se considerava essencial que as estratégias de desenvolvimento incluíssem metas de promoção de emprego, igualdade e estabilidade econômica, oportunidades de educação e plena saúde, entre outros aspectos considerados essenciais para uma boa vida. Além disso, o documento não deixou de lado a questão do crescimento econômico, ao apontar a importância de que as nações menos desenvolvidas ampliassem a renda per capita (UNGA 1970, 40–41).

Ao mesmo tempo que isso acontecia, cada vez se tornava mais claro, de acordo com Pietilä (2007), que o desenvolvimento não era possível sem incluir a questão das mulheres, por isso o tópico se tornava importante à ONU. Essa percepção surge na própria ONU, entre o secretariado e os Estados-Membros, ao notarem que questões latentes, como a fome e o crescimento populacional, só podiam ser resolvidas incluindo as mulheres (Pietilä 2007, 37). Em adição, o movimento feminista liberal crescia entre as nações desenvolvidas, e essas ativistas pressionaram as organizações internacionais para incluírem mais mulheres em posições de destaque em seu secretariado. Pois elas eram parte das esferas produtivas e reprodutivas, de modo que estavam diretamente ligadas, seja como alvos ou como agentes, a políticas de combate à fome, e a controle de natalidade. Portanto, é possível entender que foi a partir das questões de desenvolvimento que se inseriu uma agenda voltada a mulheres na ONU. Além de serem objetos do desenvolvimento, as mulheres passaram a ser vistas também como agentes essenciais da mudança.

É preciso considerar que, na perspectiva de algumas mulheres do Sul Global, o próprio projeto de desenvolvimento era problemático. El Saadawi, feminista egípcia decolonial que participou das Conferências das Mulheres na ONU, considera que “desenvolvimento não é algo que nós escolhemos. É ditado a nós através de governos locais determinados por instituições internacionais [...] Desenvolvimento é só outra palavra para neocolonialismo” (El Saadawi 1999, 89, tradução nossa)². A interpretação que essa autora tem é compartilhada por muitas feministas decoloniais e mulheres que são parte de comunidades do Sul Global, como aponta Tong (2009), que se mostram pouco confiantes em como programas de desenvolvimento criados pelo Norte poderiam melhorar suas condições de vida.

Ademais, a crise dos anos 1980, que afetaria principalmente os países do Sul Global, levaria ao questionamento da efetividade dos projetos de desenvolvimento, uma vez que a situação de vida das pessoas só estava piorando, com índices de desemprego e endividamento aumentando. Nota-se que, diversas metas econômicas que foram

2. Do original: "Development is not something we choose. It is dictated to us through local governments dominated by international institutions [...] Development is just another word for neocolonialism?" (El Saadawi 1999, 80).

estabelecidas ao longo da Década das Mulheres não seriam cumpridas. Muito pelo contrário, algumas nações teriam suas situações econômicas pioradas. Com a crise, o Sul Global sofreria com a alta do desemprego, queda de salários, aumento da desigualdade, entre outros fatores que pioraria a situação da pobreza, e consequentemente de vida, das mulheres.

Essas questões socioeconômicas iriam influenciar os rumos das conferências, além de terem sido determinantes das metas estabelecidas ao longo do período. Por isso é essencial entender todo esse contexto, para compreender o contexto das três grandes conferências da Década das Mulheres.

3. As três conferências da Década da Mulher

Entre 1975 e 1985, o período do Ano Internacional das Mulheres e da Década da Mulher na ONU, houve três grandes conferências voltadas às mulheres: Conferência da Cidade do México (1975), Conferência de Copenhague (1980) e Conferência de Nairobi (1985). Aqui pretende-se analisar cada uma das conferências, desdobrar os acontecimentos, embates e avanços que essas trouxeram. Nota-se que esses fóruns, em especial a Conferência de Nairobi, contaram com a participação massiva da sociedade civil, fossem como ouvintes, promovendo *workshops*, e contribuindo de modo geral com suas vivências e prioridades. Se tratavam de ONGs, acadêmicas e até grupos independentes de mulheres, que contribuíram para os debates.

3.1 *Cidade do México*

O ano de 1975 ficaria conhecido, na ONU, como o Ano Internacional das Mulheres, seguindo o lema de “Igualdade, desenvolvimento e paz”. Neste ano, ocorreria a primeira Conferência Mundial das Mulheres, na Cidade do México, a qual levaria ao “Plano Mundial de Ação” a ser seguido nos próximos anos, dedicado exclusivamente a questões ligadas a mulheres. Através desse documento, após discussões ao longo da conferência, oficialmente se estabeleceu a Década da Mulher, iniciada em 1976.

No início da conferência, enquanto as mulheres de grupos já estabelecidos do Norte Global tomavam a frente nas discussões, as questões que atingiam mulheres de locais subdesenvolvidos eram colocadas em segundo plano. Na realidade, nessa conferência, os participantes oficiais ainda eram os membros dos governos, e, embora houvesse mulheres dentro desses grupos, elas ainda estavam focalizadas em defender os interesses de suas delegações (Pietilä 2007, 38).

De modo geral, eram as elites entre as mulheres que estavam presentes, até mesmo as vindas do Sul Global, mesmo em grupos da sociedade civil, a qual participava apenas como ouvinte, e não tomava decisões de fato. Como apontado por Stienstra (1994), a queixa de algumas das ativistas mulheres, em especial feministas negras e participantes do Sul Global, era que os grupos já estabelecidos de mulheres, a maioria do Norte global, acreditavam que a agenda trazida por elas atendia às preocupações de todas as mulheres.

Nesse aspecto, um dos grupos que mais ganhava destaque na esfera internacional, agindo em defesa dos direitos das mulheres, era a Organização Nacional para Mulheres (ONM), que lutava pelo combate a discriminação nas mais diversas esferas. Sua fundadora, Betty Friedan, um dos maiores nomes do feminismo no século XX, que

inclusive estava presente nas conferências da Década da Mulher, foi alvo constante de críticas do movimento feminista negro norte-americano, justamente pela visão restrita do feminismo que ela representava, de acordo com esse movimento (Tong 2009, 28). A insatisfação tanto das minorias sociais em países desenvolvidos, como participantes do Sul, aparecia quando feministas como Betty Friedan, líderes de grupos com cunho liberal, tomavam a liderança, falando por todas as mulheres, quando na realidade suas pautas atingiam a grupos muito específicos.

Era uma agenda que não reconhecia as especificidades das mulheres do Sul Global, e uma série de ativistas iria manifestar sua insatisfação ao apontar que as discussões sobre as questões das mulheres precisavam ir além de entendê-las como um grupo unido apenas por serem mulheres, e sim considerar todo o aspecto social, econômico e político que as envolvessem. Afinal, o próprio conceito de Sul Global é restrito, e ignora que há diversas comunidades e modelos de vidas nesses lugares, com condições culturais, políticas e geográficas completamente diferentes entre si. Por isso não pode haver projetos únicos, que se apliquem a todos lugares, sem considerar cada particularidade.

Portanto, era necessário ampliar a visão de que a opressão das mulheres envolvia múltiplas dimensões, e pode vir simultaneamente em diversos aspectos. Além disso, enquanto muitos dos esforços do plano elaborado no âmbito da Conferência do México, e futuramente da década, se voltavam a incluir mulheres no processo de desenvolvimento, algumas participantes iriam criticar as próprias raízes do que se entendia por desenvolvimento ao apontar que algumas pessoas eram até mesmo prejudicadas pelo crescimento econômico global (UNGA 1975, 135). Isso pode ser visto no parágrafo abaixo, extraído do documento oficial da conferência:

Alguns participantes também apontaram para evidências que mulheres nem sempre se beneficiaram das mudanças introduzidas em nome do desenvolvimento, e disseram que os efeitos danosos do crescimento econômico nas vidas das mulheres foram reconhecidos na realidade. Muitas participantes concordaram que essas duas linhas de ação devem ser buscadas simultaneamente e harmoniosamente, para atingir a participação completa e efetiva das mulheres no desenvolvimento. Muitas também apontaram que países desenvolvidos, particularmente, carregam a importante responsabilidade por criar as condições nas quais a igualdade poderia ser atingida e que elas devem, portanto, fazer um esforço para atingir as metas da Segunda Década da ONU para o desenvolvimento e que eles deveriam obedecer os mandados das Nações Unidas no que diz respeito ao estabelecimento de uma nova ordem econômica mundial (UNGA 1975, 135)³.

Para a autora Ghodsee (2010), os desentendimentos entre representantes de países do Norte ou membros de grupos associados ao feminismo liberal, as quais julgavam impertinente colocar em pauta o sistema econômico, e as feministas do Sul, de países soviéticos e minorias do Norte, remonta ao embate entre socialismo e capitalismo.

3. Do original: *Some participants also pointed to evidence that women had not always benefited from changes introduced in the name of development, and said that the harmful effects of economic growth on the lives of women had indeed been recognized. Many participants agreed that both those lines of action must be pursued simultaneously and harmoniously if the full and effective participation of women in development was to be achieved. Many also held that the developed countries, in particular, bore a heavy responsibility for creating the conditions in which equality could be attained and that they must, therefore, make every effort to attain the goals of the Second United Nations Development Decade and that they should comply with the mandates of the United Nations concerning the establishment of a new international economic order (UNGA 1975, 135).*

Como apontado por essa autora, algumas mulheres da sociedade civil presentes na conferência, entre elas as soviéticas, não acreditavam que pudesse haver igualdade de gênero num sistema capitalista (Ghodsee 2010, 4).

Isso levaria a um embate, uma vez que as feministas do Sul Global iriam lutar para ter suas demandas também levadas em consideração, ao manifestar publicamente suas problemáticas com a estrutura do feminismo que privilegiava uma suposta dominação universal que englobaria todas as mulheres, em organizações internacionais até aquele momento, e promovendo uma maior mobilização desses grupos de mulheres em fóruns internacionais (Stienstra 1994, 107).

Um dos pontos de divergência para o qual Ghodsee (2010) chama atenção é a diferença das pautas que as representantes soviéticas e as estadunidenses queriam trazer à conferência. Enquanto o foco das estadunidenses era a equidade, as soviéticas, assim como boa parte das representantes do Sul Global, iriam trazer o que foi apelidado de “agenda da paz”. Essa agenda nortearia os rumos da conferência para a discussão de assuntos de emergência global, como guerras, apartheid, e outros tópicos.

Os próprios relatos oficiais da ONU sobre as conferências mostra como essas questões eram recorrentes e relevantes para o Sul Global, vide o parágrafo abaixo sobre as discussões da Cidade do México:

Alguns representantes apontaram que a permanência da diferença entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos era um dos principais motivos para a falta de progresso. Na opinião deles, o requerimento básico para a participação das mulheres no desenvolvimento era a erradicação do problema econômico e social dos subdesenvolvidos que existiam em muitos países como resultado das antigas políticas imperialistas e colonialistas (UNGA 1975, 136, tradução nossa)⁴.

Percebe-se, assim, como essas participantes julgavam essencial tratar essas questões tidas como políticas. Segundo estas participantes, o fórum que a conferência da Cidade do México proporcionava era uma oportunidade para as mulheres discutirem os mesmos assuntos que até então apenas os homens debatiam no escopo das Nações Unidas, dando a elas a oportunidade de tomarem parte nos processos de paz e buscarem resoluções a controvérsias mundiais.

É notável como havia diferenças fundamentais entre as agendas das presentes na conferência da Cidade do México. Nesse contexto, a partir desse momento, começam a surgir grupos de feministas do Sul Global se mobilizando através de ONGs e outras agências, que trariam a pauta de como a ordem política e econômica em que estavam inseridas era também responsável pela opressão das mulheres. Isso pois, para alguns grupos do Sul Global, a ordem político-econômica prevalecente só aumentava a desigualdade entre locais subdesenvolvidos e em desenvolvimento, crítica essa que iria inclusive transparecer no plano de ação. Portanto, para que houvesse igualdade, seria necessário também uma mudança para um sistema econômico que fosse menos injusto e opressor, segundo esses grupos (Ghodsee 2010, 4).

4. Do original: Some representatives claimed that the maintenance of the gap between the developed and the under-developed countries was one of the principal reasons for the lack of progress. In their opinion the basic requirement for the participation of women in development was the eradication of the economic and social problems of under-development that existed in many countries as a result of the old imperialist and colonialist policies (UNGA 1975, 135).

O Plano Mundial de Ação ainda teria lacunas, pois como apontado por Chen (1995, 478), algumas críticas iriam comparar o plano a uma “lista de compras” de questões sobre mulheres, devido à sua falta de detalhamento e clareza. As críticas ao Plano de Ação se baseavam em seu caráter relativamente simplista, que não buscou compreender as raízes dos problemas das mulheres. De modo geral, ainda que abordasse algumas questões com certo destaque, como a inserção de mulheres em processos de paz, o foco do plano estava em defender a igualdade formal, destacando a inserção da mulher no mercado de trabalho (UNGA 1975).

Mesmo as delegações presentes na conferência levantaram críticas ao Plano, como o fato de o documento não contemplar a situação de todas as mulheres, uma vez que mostrava fraquezas nas discussões de pautas que eram consideradas essenciais para muitas delas, em especial as do Sul Global ou aquelas que faziam parte de minorias sociais, como apartheid ou sionismo e racismo (UNGA 1975, 44). Pois, ainda que o plano mencionasse as pautas sobre apartheid e racismo, isso foi feito de forma breve e pouco específica, ao tempo que a questão do sionismo, sequer apareceu. Nota-se que se tratava de questões essenciais para as mulheres, pois essas são as mais afetadas pelas questões mencionadas. Em casos de perseguição política, como sionismo e apartheid, as mulheres estão entre os grupos mais perseguidos, e sofrem violências diretamente ligadas ao seu gênero.

Na realidade, alguns pontos levantados por representantes do Sul que foram alvo de controvérsias, estando incluído aí o sionismo, entraram na Declaração do México, um outro documento a parte da resolução oficial, proposto pelo Grupo 77⁵, que foi adotado com oposições de alguns países, como EUA e Israel (Stienstra 1994, 104). Em um dos trechos, há um reconhecimento do papel das mulheres no combate ao colonialismo, imperialismo e sionismo, e, em lutas locais por liberação nacional, como um todo, como visto abaixo:

Considerando o papel desempenhado pelas mulheres na história da humanidade, especialmente na luta por liberação nacional, no fortalecimento da paz internacional, e na eliminação do imperialismo, colonialismo, neo-colonialismo, ocupação estrangeira, sionismo, dominação externa, racismo e apartheid (UNGA 1975, 3, tradução nossa)⁶.

Essa declaração, ao contrário do Plano de Ação, que era focalizado em promover igualdade sem muito questionar as condições socioeconômicas, abordava como as condições socioeconômicas em que as mulheres estavam inseridas influenciavam na falta de equidade, além de ter criticado o papel da Nova Ordem Mundial em oprimir mulheres. Percebe-se que a comparação de sionismo com racismo foi um dos maiores pontos de embate na conferência, o que era considerado ofensivo para as delegações dos EUA e Israel.

Todavia, o Plano de Ação ainda é um marco do avanço da discussão sobre direitos das mulheres, uma vez que foi a partir desse documento que se estabeleceram as primeiras metas da Década, voltadas ao combate à discriminação e à integração de

5. Grupo 77 é um conjunto de países em desenvolvimento que se uniu e se comprometeu com a cooperação Sul-Sul para comércio e economia, em 1967. No contexto da ONU, eles se mostrariam um grupo político unido, que levaria pautas e votações em conjunto.

6. Do original: “*Taking into account the role played by women in the history of humanity, especial& in the struggle for national liberation, the strengthening of – international peace, and the elimination of imperialism, colonialism, neo-colonialism, foreign occupation, zionism, alien domination, racism and apartheid*” (UNGA 1975, 3).

mulheres no processo de desenvolvimento socioeconômico global. Desse modo, as discussões na ONU passaram a considerar que as mulheres precisavam estar incluídas em processos educativos, nas cadeias de trabalho e deveriam fazer parte da inclusão e desenvolvimento de outros projetos que visassem a ampliação da qualidade de vida e nas melhorias estruturais de seus países – em suma, na esfera do desenvolvimento econômico.

3.2 *Copenhague (1980)*

Em 1980, ocorreu a segunda Conferência de Mulheres, em Copenhague. Esta Conferência entrou profundamente em pautas do desenvolvimento dentro do debate sobre direitos e situação das mulheres. Ao longo dos cinco anos entre Cidade do México e Copenhague, houve uma maior consideração do papel da mulher em relação a como elas seriam integradas ao desenvolvimento, como era sua importância em diferentes setores da economia, desde as áreas rurais, à indústria e comércio. O plano de ação da conferência reconhecia que não houve o avanço esperado nesta pauta entre 1975 e 1980, uma vez que as mulheres ainda eram excluídas dos projetos de desenvolvimento sendo implementados em seus países, e que a crise econômica que começava a se desenrolar as tinha deixado numa frágil situação econômica (UNGA 1980, 10).

Nota-se que a ONU, em suas conferências oficiais e documentos, discutia o direito ao desenvolvimento e, no caso das pautas da Década, do direito das mulheres em se desenvolverem, seja econômica, social ou profissionalmente. No entanto, a nível nacional, essas metas estabelecidas pela ONU como essenciais ao avanço das mulheres nem sempre eram cumpridas. Muitos governos ignoravam a importância de inserir as mulheres nesses processos, de modo que as condições de vida precária de milhares de mulheres eram perpetuadas. Essa pauta ganharia destaque principalmente em relação a mulheres do Sul Global, quando se discutia se elas de fato estariam tendo as condições plenas para se desenvolverem. Nota-se aqui que, segundo a definição adotada nos documentos da conferência, desenvolvimento significa o:

[...] desenvolvimento completo, incluindo desenvolvimento nas dimensões políticas, econômica, social, cultural, e em outras dimensões da vida humana assim como o desenvolvimento econômico e de outros recursos materiais, e também o crescimento físico, moral, intelectual e cultural da pessoa humana (UNGA 1980, 5, tradução nossa)⁷.

Nesse âmbito, percebe-se que os três principais pontos dessa conferência estavam voltados à empregabilidade, acesso à saúde e educação, que eram justamente tópicos voltados ao que a ONU considerava o pleno desenvolvimento das mulheres (UNDPI 1996, 43–45). Nota-se os esforços da conferência em incluir pautas desde o combate à "estereotipação", à abordagem das necessidades de mulheres inseridas em diferentes contextos (como migrantes ou desempregadas) e desempenhando diferentes papéis sociais, até recomendações estruturais de como analisar dados futuros referentes às mulheres (UNDPI 1996, 44).

Entretanto, apesar do esforço maior em considerar diferentes aspectos das vidas das mulheres, os documentos finais ainda não contemplavam satisfatoriamente diversas

7. Do original: "[...] total development, including development in the political, economic, social, cultural, and other dimensions of human life, as also the development of economic and other material resources and also the physical, moral, intellectual and cultural growth of the human person" (UNGA 1980, 5).

dimensões, como raça, uma vez que falhava em abordar a raiz estrutural desses problemas. Apesar disso, o plano de ação da conferência destacou a importância de combater toda forma de discriminação, incluindo racismo, ou práticas relacionadas, ainda que de maneira superficial (UNGA 1980). Além disso, o plano de ação tratou com destaque a importância de promover a equidade de facto. Múltiplos parágrafos foram dedicados à necessidade de igualdade jurídica entre os gêneros, assim como de haver abertura política para mulheres, tanto como participantes indiretas, como em cargos públicos, entre outros aspectos que remontam a igualdade formal (UNGA 1980).

Essa conferência foi marcada pelas fortes discordâncias, principalmente entre mulheres do Sul e do Norte, e entre mulheres de classe média e alta com as de classes baixas. Ademais, enquanto as mulheres ocidentais buscavam conectar os presentes na conferência através da ideia de um feminismo “internacional”, as mulheres de locais em desenvolvimento rejeitavam essa visão. Estas últimas diziam, inclusive, sentir que a participação do Sul Global era relativamente pequena na conferência (Stienstra 1994, 128). As participantes do Sul viriam a criticar fortemente o imperialismo e o “ocidente salvador”, principalmente quando mulheres do Ocidente se portavam com superioridade intelectual e cultural, tomando uma posição de liderança, até em discussões envolvendo o Sul Global (Wong 1981, 776).

Um dos pontos que causou maior controvérsia ao longo dessa conferência foi a clitoridectomia, também conhecida como mutilação genital feminina. Prática recorrente em países do Oriente Médio e em algumas comunidades da África, foi muito condenada por mulheres ocidentais. Contudo, pela maneira como foi abordada em Copenhague, com as ocidentais tratando os povos praticantes desse ato como selvagens bárbaros, as mulheres árabes e africanas se sentiram ofendidas e denunciariam que isso levou a uma hierarquização das relações entre os presentes (Gilliam 1991, 218). Nota-se que muitas dessas mulheres africanas e árabes também condenavam a clitoridectomia, e passaram a vida lutando contra essa prática. Porém, ao se depararem com o que consideravam a condescendência do Ocidente, se posicionaram contra a maneira como o assunto foi abordado. No final, esse assunto não aparecia diretamente nos documentos da conferência, e apenas houve um curto parágrafo clamando a necessidade de prevenir qualquer forma de mutilação feminina (UNGA 1980, 34).

Em adição, pontos que haviam sido deixados de lado, ou sido motivo de fortes discordâncias na conferência de 1975, voltaram à tona na reunião de metade da década da mulher. Tópicos como a Nova Ordem Econômica, apartheid e sionismo retornaram e, assim como ocorreu anteriormente, os presentes na conferência tiveram dificuldade em alcançar consenso sobre eles (Stienstra 1994, 127).

Como apontado por Çağatay e Funk (1981), na declaração que ambas fizeram sobre Copenhague, as mulheres do Norte global se queixavam que a conferência estava se tornando “política demais” e desviando dos assuntos das mulheres, quando questões como as mencionadas acima se tornaram centrais na discussão. As mulheres que se queixavam, apontavam que as conferências deveriam discutir apenas as questões comuns a todas as mulheres, e que questões como essas eram específicas a alguns grupos e se tratava de tópicos gerais da política mundial, que não afetavam particularmente as mulheres. Isso vai totalmente contra, como visto, ao que as feministas interseccionais do Sul Global e as soviéticas acreditam, pois para elas essas questões consideradas

“políticas” eram também a raiz da opressão e exploração contra as mulheres.

Todavia, para Çağatay e Funk (1981), assim como para boa parte das mulheres do Sul global, e até mesmo alguns grupos do Norte global, não tem como tratar isoladamente os “assuntos de mulheres”. Isso pois as mulheres não são parte de um único grupo, como apontam as autoras do feminismo interseccional, e suas vivências são marcadas por um conjunto de fatores de opressão que não podem ser isolados. Logo, os assuntos supracitados, como também raça, classe ou etnia, devem ser abordados. Desse modo, para elas, a luta contra a opressão contra as mulheres deveria ser ampla, e abordar todo o sistema de opressão (Çağatay e Funk 1981, 777).

Apesar de muitas discordâncias, ao contrário do que se passou na Cidade do México, em Copenhague, as mulheres presentes na Conferência conseguiram adicionar, no documento final, uma breve condenação ao sionismo (UNGA 1980, 5), além de uma seção dedicada à importância de prestar ajuda às mulheres na Palestina. A questão do apartheid, que ainda ocorria na África do Sul e na Namíbia, recebeu atenção também nos documentos da conferência, os quais condenavam a prática. O documento reconhecia, inclusive que, desde 1975, a situação das mulheres sob esses regimes piorou (UNGA 1980, 107–108).

Estas eram questões essenciais para as mulheres, pois essas são as mais afetadas por estas formas de opressão. Nos casos de perseguição política, como sionismo e apartheid, as mulheres estão entre os grupos mais perseguidos, e sofrem violências diretamente ligadas ao gênero. Além da sua situação de vida piorar. Por isso era essencial às mulheres do Sul, que estes pontos aparecessem nos documentos oficiais da conferência. Ademais, nenhuma mulher poderia realmente alcançar bem estar social, enquanto está lidando com essas formas de preconceito, e, no caso do apartheid, com uma segregação que explicitamente mina seus direitos e a coloca numa posição subalterna.

De modo geral, no entanto, o sentimento deixado após essa conferência foi de descrença, uma vez que diversas questões continuaram não resolvidas. Segundo Gonzalez (2020, 260), que estava presente na conferência, houve pouca evolução e as conquistas não se deveram aos esforços dos governos, e sim das próprias mulheres que tomavam a frente na luta por seus direitos.

O próprio Plano de Ação da conferência reconhecia que alguns governos tinham feito poucos esforços para melhorar as condições das mulheres e que muitos países, principalmente os em desenvolvimento, devido às condições econômicas, tiveram empecilhos para avançar nesses tópicos (UNGA 1975, 8). Era, portanto, amplamente aceito que ainda havia muito avanço a ser feito, e que as condições das mulheres estavam longe de ser ideais.

3.3 *Nairobi (1985)*

Houve, por fim, a conferência de Nairobi que marcou o encerramento da década. Essa incluiria uma diversidade ainda maior de mulheres, contando com quase 15.000 participantes, simbolizando uma participação massiva da sociedade civil, com participantes vindos dos mais diversos locais do mundo (Chen 1995, 479). Nota-se também como a composição de participantes nesta conferência seria diferente de sua antecessora, uma vez que contaria com uma porcentagem significativa de mulheres vindas do Sul Global,

migrantes e negras – as quais apresentariam uma frente unida em diversas questões da conferência. Inclusive, pela primeira vez, a maioria das mulheres dos Estados Unidos era negra (Hendessi 1986, 148–149).

Um dos pontos que, segundo Çağatay et al. (1986, 402–404), havia mudado desde Copenhague era a maior aceitação de que as mulheres estavam inseridas em contextos diversos. Desse modo, passou a haver, nas organizações de mulheres, a articulação entre raça, gênero e classe. De acordo com essas autoras, o entendimento de que questões políticas deveriam fazer parte do movimento das mulheres, representou uma mudança fundamental entre essa conferência e as que a precederam, uma vez que esse era um dos assuntos que mais causou discordância entre mulheres do Sul e do Norte anteriormente. É interessante notar que feministas negras dos EUA buscavam trazer unidade entre elas e as africanas negras presentes na conferência. Porém, esse último grupo tinha mais em comum com mulheres de outros lugares do Sul do que com as afrodescendentes do Norte Global, que apesar da opressão de raça em comum, ainda eram de locais considerados imperialistas, onde havia maiores oportunidades de desenvolvimento (Hendessi 1986, 149).

De todo modo, notava-se mudanças nas rivalidades Norte e Sul, e presentes na conferência apontavam que as discussões deixavam de ser tão ocidentalizadas e adotavam uma perspectiva mais global. Basu (1986, 604), em seu relato sobre a conferência, aponta como o próprio movimento feminista do Sul havia evoluído desde os anos 1980, firmando teorias que associavam as opressões de gênero com as outras questões políticas que as atingiam, o que iria transparecer ao longo de Nairobi. Por exemplo, Basu (1986) aponta que participantes da Ásia criticavam a repressão política de alguns governos, ou ainda como as mulheres africanas iriam levantar críticas a tradições culturais que consideravam prejudiciais em seus países. Para essa autora, as representantes da África, Ásia e América Latina tiveram uma participação crucial. Elas foram responsáveis por abordar problemáticas políticas e econômicas nas conferências, trazendo à tona os reais problemas que as mulheres do Sul Global de suas respectivas regiões, assim como por apresentar propostas que verdadeiramente condiziam com suas realidades. Isso envolve a intersecção entre as opressões de gênero, com perseguição política, racismo, classe social, e outros marcadores sociais, que contribuíam para a repressão das mulheres, tiravam suas liberdades e pioravam suas condições de vida.

Uma das novidades em Nairobi foi a instalação da “Tenda da Paz”, voltada a discussões de paz, e que concentrou alguns debates que eram de interesse especialmente do Sul Global. As participantes, ativistas da sociedade civil, descreveriam as atividades da tenda como voltadas para desarmamento, militarização e outras iniciativas relacionadas à paz, mas também como um espaço de discussão para imperialismo e apartheid (Tinker e Jaquette 1987, 422). Essa tenda teve uma significativa participação de mulheres de todas as regiões, segundo essas autoras, que iriam apontar como as discussões propostas ajudariam a ampliar o entendimento de como questões políticas afetavam as mulheres, diferentemente de homens, e eram essenciais. Tinker e Jaquette (1987, 422, tradução nossa)⁸ diriam que, devido a essa iniciativa, “até mesmo as mulheres mais conservadoras viram a inter-relação entre financiamento da corrida armamentista ou financiamento

8. Do original: “Even the most conservative women saw the interrelationship between funding the arms race or funding development in the South and welfare in the North” (Tinker e Jaquette 1987, 422).

de desenvolvimento no Sul e bem-estar no Norte”. Logo, esse espaço ajudou a ampliar as perspectivas das presentes, ilustrando para as mulheres do Norte como a paz e o desenvolvimento estavam conectados, e eram questões próprias da agenda das mulheres.

Além disso, embora os relatos sobre a conferência de Nairobi, em geral, concordassem sobre uma melhora nas relações entre as mulheres do Sul Global e do Ocidente, ainda houve conflitos pontuais. A clitoridectomia, que nas conferências anteriores havia sido tópico de polêmica, voltou a aparecer nas discussões, como apontado por Hultman (1986, 592). Outro ponto de descontentamento das mulheres do Sul foi a forma como a ONU e suas agências associadas lidaram com a situação de migrantes e refugiadas. Hendessi (1986, 164) aponta que essas instituições se portavam como “salvadoras” dessas populações, falando por elas, como se soubessem o que era melhor para essas mulheres. Porém elas ignoravam que havia grupos independentes de migrantes e refugiadas, inclusive na conferência, e não davam a devida atenção às demandas que elas julgavam necessárias.

De forma geral, as diferenças e discordâncias entre mulheres de contextos diferentes em Nairobi, em especial entre Sul Global e Norte, não sumiram. Como aponta Gaidzanwa (1986, 596–597) em seu relato sobre a conferência, eliminar essas diferenças não deveria ser o foco, e sim compreender que há mulheres sob as mais diversas circunstâncias. Segundo essa autora, o movimento das mulheres do Sul continuaria a lutar alinhado a causas anti-imperialistas e racistas, uma vez que esses problemas persistiam.

A autora enxergava como o movimento do Sul e das ocidentais poderiam auxiliar um ao outro, uma vez que a perspectiva do ocidente auxiliou a mostrar os pontos ainda contraditórios no Sul Global. Um dos pontos que a autora traz é como a organização familiar em diversos locais do Sul ainda era problemática, e mesmo dentro das próprias famílias era comum encontrar mulheres mais ricas explorando as mais pobres. Para a autora, as conferências foram produtivas ao discutirem esses problemas. Ao mesmo tempo, ela considerava essencial que o ocidente fosse mais incisivo em lutar contra o imperialismo e o racismo, uma vez que só assim se poderia minar a exploração das mulheres.

O principal documento gerado pela conferência, *Nairobi Forward-looking Strategies for the Advancement of Women*, iria gerar um plano de metas relacionadas a situação e promoção das mulheres com as quais os Estados signatários se comprometeram em seguir nos 15 anos seguintes (1986–2000). Ele incluiu diversas pautas, que focalizavam maior participação de fato das mulheres em processos políticos, maior igualdade formal e incorporação de mulheres nos processos de paz, por exemplo (UNGA 1985).

Refletindo as discussões da década, diversos parágrafos do plano reconheciam que havia outros fatores além do gênero oprimindo as mulheres, como raça, apartheid, colonialismo, imperialismo e condição econômica. Notou-se que, além de agravar a opressão de gênero, algumas dessas circunstâncias poderiam desempenhar um papel maior do que a desigualdade de gênero em si em precarizar a situação das mulheres, de forma que o plano chamava atenção para a necessidade de combate a todas as formas de opressão (UNGA 1985, 26, 30, 57). O parágrafo 44, por exemplo, abordou essas questões da seguinte forma:

A desigualdade das mulheres na maioria dos países deriva, em grande parte, da pobreza em massa e do atraso geral entre a maior parte da população mundial causado pelo subdesenvolvimento, o que é um resultado do imperialismo, colonialismo, neo-colonialismo, apartheid, racismo, discriminação racial e desajuste das relações econômicas internacionais. O status desfavorável das mulheres é agravado em muitos países, desenvolvidos e subdesenvolvidos, pela discriminação de facto baseada em sexo (UNGA 1985, 17, tradução nossa)⁹.

Tratando-se das questões de desenvolvimento, o plano reforçou que metas estão diretamente ligadas à paz e segurança, de modo que a corrida armamentista atrapalhava a realização do desenvolvimento. O documento também reconhecia que a crise econômica que se instalou nos anos 1980 aumentou os índices de pobreza em alguns países e comprometeu as metas voltadas ao desenvolvimento. O cenário internacional de crise foi um dos maiores responsáveis por afetar o progresso das mulheres e trazer à tona novos problemas. Um desses problemas é que, embora a participação das mulheres em processos de desenvolvimento tenha aumentando, ao serem mais substancialmente incorporadas ao mercado de trabalho, ou oficialmente, terem alcançado maior igualdade e participação política, isso não se traduziu para uma melhora real em suas condições de vida (UNGA 1985, 9–11). Por isso o documento reconhecia que os esforços deveriam ser contínuos para reverter os efeitos da crise, e que políticas de desenvolvimento que realmente melhorassem a situação das mulheres deveriam ser pensadas.

O documento contava ainda com parágrafos discutindo situações específicas de algumas regiões, como a situação na Palestina, que agravava a situação das mulheres palestinas, ou o regime de apartheid em alguns locais na África, que colocava as mulheres numa condição extrema de opressão e desumanização (UNGA 1985, 60). Sobre a Palestina, o documento dedicou uma seção inteira ao tópico e a maneira como afetava mulheres, por lhes deixarem vulneráveis a deslocamento, tortura, prisão, entre outras práticas desumanizantes. (UNGA 1985, 62).

A delegação dos EUA votou contra os parágrafos que discutiam esse tema. Antes da conferência, os EUA ameaçaram não levar sua delegação se os debates não fossem acordados por consenso. Em outros termos, isso implicava dizer que eles teriam maior poder de controlar o conteúdo dos documentos. Eles tomaram essa ação pois, com o crescimento do Sul Global, quando as resoluções iam para voto, era comum que os EUA “perdessem” para a maioria. Devido a isso, a questão do sionismo, tão discutida na conferência, não entrou no plano, por causa das fortes objeções dos EUA. Dessa maneira, é notado que a delegação dos EUA votou contra ou levantou fortes objeções a vários parágrafos da resolução. Ao final, com as ressalvas que julgaram relevantes, os EUA foram favoráveis à resolução como um todo (Tinker e Jaquette 1987, 421). Aponta-se que o posicionamento da delegação dos EUA não representava o posicionamento da maioria das mulheres estadunidenses presentes em Nairobi, como pôde ser visto pelas ocasiões em que elas tomaram partido ao lado das participantes

9. Do original: “One of the fundamental obstacles to women’s equality is that de facto discrimination and inequality in the status of women and men derive from larger social, economic, political and cultural factors that have been justified on the basis of physiological differences. Although there is no physiological basis for regarding the household and family as essentially the domain of women, for the devaluation of domestic work and for regarding the capacities of women as inferior to those of men, the belief that such a basis exists perpetuates inequality and inhibits the structural and attitudinal changes necessary to eliminate such inequality” (UNGA 1985, 17).

do Sul Global, como foi o caso das discussões sobre planejamento familiar, ou as tradicionais discussões sobre sionismo e apartheid (Tinker 1986, 587).

A Década da Mulher na ONU se encerrava numa conferência com números recordes de mulheres presentes, com uma participação ímpar do Sul Global, discutindo temas de impacto significativo. Nesse cenário, ao mesmo tempo em que algumas feministas saíram otimistas com o movimento das mulheres pelo mundo, e a maior articulação entre pautas feministas, a década se encerrava em meio a um cenário de incertezas globais com o futuro da economia, que deixava a situação de boa parte das mulheres no Sul Global num estado pior do que estava em 1975.

4. Conclusão

Ao final da Década das Mulheres, após o período entre 1975-1985, muito mudara no mundo e nos movimentos das mulheres. É inegável que a época deixaria impactos em diversas esferas, a começar pela própria ONU – fosse na maneira como as mulheres seriam incluídas em sua agenda ou nas iniciativas surgidas a partir dos esforços da Década. No período da Década das Mulheres, o movimento feminista como um todo ganhou força, ocupando mais espaços, mesmo fora do escopo das Nações Unidas. Em adição às conferências oficiais, houve diversas reuniões menores pelo mundo, com eventos promovidos por ONGs de mulheres, ou *workshops* paralelos nas cidades das conferências (Chen 1995, 480).

Mesmo a nível nacional ou regional, o movimento feminista foi fortalecido nesse período. Desse modo, além de haver evidências de que se formavam os mais diversos grupos de mulheres, estes eram marcados por uma multiplicidade de religiões, etnias e sexualidades. Como apontado por Tinker e Jaquette (1987, 426), esses grupos se fortaleceriam e uniriam, de forma a ter mais força para pressionar seus governos a promoverem mudanças. Há autoras que defendem que as discussões da década iriam inspirar as mulheres, inclusive as do Sul Global, a criarem iniciativas em seus países.

Lélia Gonzalez atribui à Conferência de Nairobi avanços na mobilização dos movimentos de mulheres, que levariam à consolidação de grupos feministas pelo mundo. Nas palavras da pensadora:

A criação de novas redes, como a Taller de Mujeres de las Américas (que prioriza a luta contra o racismo e o patriarcalismo sob uma perspectiva anti-imperialista) e a Dawn/Mudar, são exemplos de uma nova maneira de olhar feminista, brilhante e iluminada por ser inclusiva, por estar aberta à participação de mulheres étnica e culturalmente diferentes. E Nairóbi foi a estrutura para essa mudança, esse aprofundamento, para esse encontro do feminismo consigo mesmo (Gonzalez 2020, 126).

Dessa forma, essa autora traz uma visão positiva dos trabalhos da década, ao enxergar que, graças a essas iniciativas, o movimento das mulheres foi promovido e elas saíram da década mais unidas. A autora apontou que, apesar das discordâncias que marcaram esse período, ao final, mulheres do Norte Global se aproximavam das latinas, buscando entender suas pautas. Essa interpretação foi compartilhada por outras autoras que também enxergam que, após Nairobi, era possível contemplar maior cooperação entre o Norte e o Sul Global, uma vez que as mulheres foram expostas à diferentes pautas e questões no movimento das mulheres, ampliando a solidariedade internacional entre si (Hultman 1986; Jhonson-Odim 1991).

No entanto, mesmo essas autoras que enxergam um saldo positivo ao final da década, ainda possuem ressalvas. A crise econômica dos anos 1980 faria com que as políticas de desenvolvimento fossem pouco efetivas, de forma que muitas das metas da Década não fossem atingidas, como é registrado no próprio documento emitido em Nairobi – *Nairobi Forward Looking Strategies* (UNGA 1985). Como apontado por Çığatay et al. (1986, 405), as mulheres do Sul foram gravemente afetadas pela economia, tendo suas situações pioradas. Nota-se, no entanto, que isso faria com a ONU repensasse o desenvolvimento, e nos anos 1990 dialogasse com as mulheres do Sul quando formulando novas políticas de desenvolvimento.

Apesar disso, a influência de movimentos feministas do Sul global, ou de outros grupos de mulheres fora das tradicionais organizações, refletiu nas discussões que se desenrolaram ao longo desses dez anos. O feminismo interseccional, por exemplo, que ganhou força nos anos 1970 iria transparecer nas conferências e a ideia de uma categoria universal de mulher seria abandonada. Até mesmo os documentos oficiais da conferência reconheciam que havia diversos aspectos, como racismo ou questões econômicas, que poderiam tornar a situação de algumas mulheres muito mais difícil. Além disso, a própria mentalidade das mulheres presentes nas conferências, inclusive daquelas que no início eram extremamente relutantes a dar abertura a questões que fossem além de equidade, havia mudado. Ao final da década, as mulheres que estiveram nas conferências enxergavam com mais clareza a diversidade que havia entre elas, e que não era possível excluir assuntos político-econômicos da pauta das mulheres.

Não se pode ignorar que as mulheres do Sul Global tiveram que lutar para conquistar espaço de fala nessas conferências, como visto ao longo da pesquisa. Porém, isso não tira o mérito de todas as conquistas que elas tiveram no período. Isso se nota pelo contraste entre os embates nas duas primeiras conferências, frente ao espaço conquistado em Nairobi como ter uma tenda dedicada aos assuntos que só foram inseridos graças à sua pressão nesta última Conferência. Ou ainda, quando apareciam parágrafos com pautas do Sul, embora, em nome do consenso, alguns assuntos fossem deixados de lado nos documentos finais.

Ao final da década, a própria ONU reconheceu que os esforços para levar a melhoria das condições das mulheres não poderiam acabar. Devido a isso, a década da mulher foi prolongada para o período entre 1986–2000, com o propósito de levar a mais avanços. Seria nesse período que ocorreria, em 1995, a Conferência de Pequim, a maior conferência da ONU voltada para os assuntos das mulheres, contando com cerca 50.000 participantes (Pietilä 2007, 75–76). Agendas voltadas a mulheres passaram a ser muito mais eminentes na ONU, como através da criação da agenda de Mulheres, Paz e Segurança no Conselho de Segurança, ou da inserção de um objetivo voltado à questão de gênero nos Objetivos do Milênio e na Agenda 2030.

Portanto, como visto, as autoras do Sul Global, críticas às discussões das conferências, defendem que os movimentos feministas do Sul ganharam força graças à maior visibilidade que a ONU proporcionou. Embora houvesse um caráter liberal em alguns dos grupos de mulheres e, inicialmente, uma predominância das ocidentais nas discussões, ao longo da década as pautas das mulheres do Sul ganharam força – se não diretamente nas maiores conferências, ao menos nos *workshops* e reuniões paralelas. Conclui-se que o maior saldo da década foi a união transnacional entre os diferentes

grupos de mulheres, que, ao dialogarem entre si, se fortaleceram para além da esfera da ONU.

Recebido em: 31/01/2023.

Aprovado em: 07/12/2023.

Referências

- Basu, Amrita. 1986. Reflections on Forum '85 in Nairobi, Kenya: Voices from the International Women's Studies Community. Link, *Signs* 11 (3): 584–608.
- Çağatay, Nilüfer et al. 1986. The Nairobi Women's Conference: Toward a Global Feminism? Link, *Feminist Studies* 12 (2): 401–412.
- Çağatay, Nilüfer e Ursula Funk. 1981. Comments on Tinker's 'A Feminist View of Copenhagen. Link, *Signs* 6 (4): 771–790.
- Chen, Martha. 1995. Engendering world conferences: The International Women's Movement and the UN. Link, *Third World Quarterly* 16 (3): 477–493.
- El Saadawi, Nawal. 1999. *The Essential Nawal El Saadawi: A Reader*. Volume 2. 1.
- Federici, Silvia. 2019. *O ponto zero da revolução: Trabalho doméstico, reprodução e a luta feminista*. São Paulo: Elefante.
- Gaidzanwa, Rudo. 1986. Reflections on Forum '85 in Nairobi, Kenya: Voices from the International Women's Studies Community. Link, *Signs* 11 (3): 584–608.
- Ghodsee, Kristen. 2010. Revisiting the United Nations decade for women: Brief reflections on feminism, capitalism and Cold War politics in the early years of the international women's movement. Link, *Women's Studies International Forum* 33 (7): 3–12.
- Gilliam, Angela. 1991. Women's Equality and National Liberation. Em *Third World women and the politics of feminism*, 215–236. Indiana University Press.
- Gonzalez, Lília. 2020. *Por um feminismo afro-latino-americano*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Hendessi, Ezzat. 1986. Fourteen Thousand Women Meet: Report from Nairobi. Link, *Feminist Review*, número 23, 147–156.
- Hooks, Bell. 2015. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 193–210.
- Hultman, T. 1986. Reflections on Forum '85 in Nairobi, Kenya: Voices from the International Women's Studies Community. Acesso em 18 jan. 2022. *Signs* 11 (3): 584–608. <http://www.jstor.org/stable/3174020>.

- Jhonson-Odim, Cheryl. 1991. Common Themes, Different Contexts: Thirdworld Women and Feminism. Em *Third World women and the politics of feminism*, 314–327. Indiana University Press.
- Lorde, Audre. 2019. *Idade, raça, classe e gênero: mulheres redefinindo a diferença*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.
- Mohanty, Chandra Talpade et al. 1991. *Third World women and the politics of feminism*. Indiana University Press.
- Pietilä, Hilka. 2007. *The unfinished story of women and the United Nations*. Geneva, New York: United Nations Non-Governmental Liaison Service (NGLS).
- Stienstra, Deborah. 1994. *Women's movement and international organizations*. New York: St. Martin's Press.
- Tinker, Irene. 1986. Reflections on Forum '85 in Nairobi, Kenya: Voices from the International Women's Studies Community. Acesso em 18 jan. 2022. *Signs* 11 (3): 584–608. <http://www.jstor.org/stable/3174020>.
- Tinker, Irene e Jane Jaquette. 1987. UN Decade for Women: Its Impact and Legacy. Link, *World Development* 15 (3): 419–427.
- Tong, Rosemarie. 2009. *Feminist thought: A more comprehensive introduction*. Boulder: Westview Press.
- UNDPI, United Nations Department of Public Information. 1996. *The United Nations and the advancement of women 1945–1996*. New York: United Nations Department of Public Information.
- UNGA, United Nations General Assembly. 1970. *International Development Strategy for the 2nd United Nations Development Decade*. Link.
- . 1975. *Report of the world conference of the international Women's year*. Link.
- . 1980. *World Conference of the United Nations Decade for Women: Equality, Development and Peace*. Link.
- . 1985. *Report of the World Conference to Review and Appraise the Achievements of the United Nations Decade for Women: Equality, Development and Peace*. Link.
- Weiss, T. G., T. Carayannis e R. Jolly. 2009. The "Third" United Nations. Acesso em 03 out. 2021. *Brill Global Governance* 15 (1): 123–142. <http://www.jstor.com/stable/27800742>.
- Wong, Annette. 1981. Comments on Tinker's 'A Feminist View of Copenhagen. Link, *Signs* 6 (4): 771–790.